

Análise comparativa da evolução do crédito rural nas regiões brasileiras entre 2013 e 2017 e sua concentração nos bancos públicos**Comparative analysis of rural credit evolution in brazilian regions between 2013 and 2017 and its concentration in public banks**

DOI:10.34117/bjdv5n8-088

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 23/08/2019

Thiago Igor da Costa Ferreira

Graduado em Economia pela UFRPE – Recife

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGECON

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste

Endereço: Av Campina Grande, s/n. Nova Caruaru - Caruaru

E-mail: Thiagoigorcf23@gmail.com

Vitor de Barros e Silva Mazer

Graduado em Economia pela UFPE - Recife

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGECON

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste

Endereço: Av Campina Grande, s/n. Nova Caruaru - Caruaru

E-mail: vitormazer@gmail.com

Eduardo de Vasconcelos Peixoto

Graduado em Economia pela UFPE - Recife

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste

Endereço: Av Campina Grande, s/n. Nova Caruaru - Caruaru

E-mail: eduardo.peixoto56@hotmail.com

Monaliza de Oliveira Ferreira

Doutora em Economia

Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGECON

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste

Endereço: Av Campina Grande, s/n. Nova Caruaru - Caruaru

E-mail: monaliza.ferreira@ufpe.br

RESUMO

O estudo mostrou a distribuição do Crédito Rural nas regiões do Brasil, e sua concentração nas instituições financeiras estatais, de forma a localizar o Banco do Brasil como o maior agente operador do Crédito Rural no Brasil, entre as instituições públicas. A pesquisa foi realizada com fontes secundárias de informação, e o período de análise está restrito aos anos de 2013 a 2017. Os dados do Crédito Rural foram coletados no Anuário Estatístico do Crédito Rural, publicado pelo Banco Central (BACEN) e os resultados obtidos nesta pesquisa mostram

que em valores absolutos, o maior volume de crédito e de contratos foram destinados as Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, apresentando um valor médio muito superior as demais regiões.

Palavras-chave: Crédito Rural; Instituições Públicas; Banco do Brasil.

ABSTRACT

The study showed the distribution of rural credit in the regions of Brazil, and its concentration in the state financial institutions, in order to locate Bank of Brazil as the largest operator agent of Credit Rural in Brazil, among public institutions. The research was carried out with secondary sources of information, and the period of analysis is restricted to the years 2013 to 2017. Rural credit data were collected in the Statistical Yearbook of Rural Credit published by the Central Bank (Bacen) and the results obtained in this year research shows that in absolute terms, the largest volume of credit and contracts were allocated to the South, Southeast and Midwest Regions, presenting a much higher average value than the other regions.

Keywords: Rural Credit; Public Institutions; Bank of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A atividade rural no Brasil sempre possuiu grande relevância para a economia, pois é grande empregadora de mão de obra, promove o incremento de divisas para o país via exportação de commodities, principalmente no setor do agronegócio, fornecendo, também, alimentos para a população, sendo um setor forte na atividade econômica brasileira.

A literatura nacional tem demonstrado que este setor sempre foi financiado em boa parte pelo Estado, ainda que nos últimos anos o setor privado tem aumentado o investimento no setor, conforme mostram Brandão e Magalhães (1982) e Gasques et al. (2004).

Os primeiros contratos de Crédito Rural no Brasil datam de 1930, mas entre 1940 e 1960 iniciou-se um movimento de transferência de recursos para os outros setores da economia, caracterizando a nova visão do desenvolvimento econômico brasileiro, que era a de estabelecer uma direção rumo à urbanização conforme observa em Spolador (2001).

Apesar da redução do volume de crédito destinado ao financiamento da atividade rural, nos últimos trinta e cinco anos, a produção brasileira de grãos apresentou um resultado bastante satisfatório, onde muito desse resultado se deve ao aumento dos níveis de produtividade alcançados pela adoção de novas tecnologias, melhor capacitação técnica dos produtores rurais e dos avanços da pesquisa científica no agronegócio, analisado por Gasques e Conceição (2000).

O Crédito Rural ocupa posição de destaque na política econômica do governo brasileiro de estímulo e aceleração do desenvolvimento, de forma que o crédito é fator positivo na difusão de técnicas modernas na agropecuária brasileira.

O Programa de Crédito Rural foi estabelecido com o objetivo de aumentar a produção agropecuária, no intuito de incentivar a formação de capital, o financiamento da produção e da comercialização e a adoção de tecnologia, fortalecendo, assim, toda a cadeia produtiva agropecuária brasileira (BRASIL/MDA,2009).

O Crédito Rural tem sido concedido a taxas negativas de juros, isto é, taxas inferiores à inflação, visto que é subsidiado pelo Governo. Alguns economistas, todavia, defendem que subsídios criam distorções na economia, tais como a concentração de crédito, a evasão de recursos para fins não-rurais e o emprego inapropriado de fatores produtivos (REZENDE, 1982).

A pesquisa foi realizada com fontes secundárias de informação, e o período de análise está restrito aos anos de 2013 a 2017. Os dados do Crédito Rural foram coletados no Anuário Estatístico do Crédito Rural, publicado pelo Banco Central (BACEN). Além do valor total de crédito destinado à atividade rural, foram levantadas as informações sobre a quantidade dos contratos liberados para o Brasil, para as Regiões, instituições participantes e, em específico, para os bancos públicos. Os dados expressos em unidades monetárias foram utilizados de forma nominal, sem uso de índice deflacionário, utilizando a análise gráfica e descritiva dos dados coletados para a discussão do trabalho.

2. HISTÓRICO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL

O crédito é a relação financeira em que o credor empresta parte de seus recursos financeiros para o tomador mediante um contrato que estabelece prazo para a devolução dos recursos originais, acrescidos de algum valor, decorrente de riscos e ganhos, sendo o preço do crédito determinado como juro (MANKIW, 2009). O crédito é uma operação financeira muito difundida, e dentre elas temos o Crédito Rural, que agrupa operações que tenham como finalidade dos recursos algum aspecto da produção rural e seu risco é considerado elevado devido a fatores naturais que não dependem 100% da ação humana.

A modernização do setor agropecuário foi viabilizada através da canalização para o mesmo de um volume importante de recursos financeiros captados através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que em geral, paralelamente à industrialização, teve-se o

surgimento de mecanismos financeiros capazes de dar suporte a este processo (TAVARES, 1978).

Foram então efetivadas as reformas no sistema monetário-creditício em 1964 e a financeira de 1965, através das quais foram desdobradas as funções financeiras do sistema bancário brasileiro e a partir de então, o sistema econômico brasileiro evoluiu para um alto grau de complexidade, com as relações econômicas passando a se dar sob a égide do capital financeiro (DELGADO, 1987).

Para Szmrecsányi (1984), o setor rural constitui-se num importante mercado para o setor industrial, inicialmente para a crescente produção de bens de consumo e depois para os bens de produção e insumos agrícolas.

Com o processo inflacionário da década de 1980, o público deixou de manter saldos em depósitos a vista, preferindo aplicar esses recursos em fundos indexados à inflação e com grande liquidez. Isso acarretou o esgotamento das fontes de recursos não inflacionárias e o sistema de Crédito Rural foi se tornando cada vez mais dependente da complementação feita pelas autoridades monetárias, esse fato foi chamado por Oliveira e Montezano (1982 apud SPOLADOR, 2001), de “Estatização do Crédito Rural no Brasil”.

Ainda conforme Spolador (2001) o período de 1990 a 1996 continuou a apresentar a mesma tendência que vinha desde 1987, ou seja, redução do volume de crédito rural e na primeira metade da década de 1990 presenciou significativos atrasos nos pagamentos das dívidas de crédito rural e discussões sobre a renegociação dessa dívida, as quais culminaram na edição da lei nº 9.138, de 29/11/1995, que permitiu refinanciar os empréstimos de valores até R\$ 200 mil.

Em 28/06/1996, pelo decreto 1.946, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo o intuito é financiar as atividades agropecuárias e as não agropecuárias, exploradas diretamente pelo produtor rural e sua família. Entre as atividades não agropecuárias estão contempladas as relacionadas a turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e prestação de serviços no meio rural (FARIA, 2003).

Segundo Bacha e Silva (2005) A tendência de aumento do Crédito Rural a partir de 1997 continuou até 2003, mas com maior intensidade entre 2000 e 2003. Entre 1997 e 1999 o volume do crédito aumentou à taxa anual de 1,77% e, no período de 2000 a 2003, à taxa anual de 13,11%. As razões para esse aumento no crescimento, segundo o autor, são os maiores gastos do Tesouro Nacional na equalização da taxa de juros, as novas linhas de crédito

para investimento, a renegociação das dívidas (diminuindo a vulnerabilidade do sistema bancário) e a criação da Cédula do Produtor Rural Financeira(CPR-F).

Segundo Araújo e Cintra (2011) o sistema bancário brasileiro passou, durante a segunda metade da década de 1990, por grandes transformações, que resultaram em enxugamento do número de instituições e na entrada de bancos estrangeiros, tendo os bancos públicos forte atuação na oferta de crédito para o desenvolvimento de diversas áreas, inclusive o setor rural.

A atuação dos bancos públicos federais – como instituições de fomento – está associada à gestão de fundos de natureza parafiscal, que possibilitam fontes estáveis de recursos de baixo custo, onde temos o Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste (FNE) que é gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Fundo Constitucional de Financiamento para o Norte (FNO) administrado pelo Banco Nacional da Amazonia (Basa) e o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO) gerido pelo Banco do Brasil (BB), (BRASIL/MDR,2019).

Conforme Araújo e Cintra (2011) Entre as principais agências federais de fomento, o BB constitui o principal provedor de crédito ao setor, respondendo por quase 70%, seguido do BNB, com pouco mais de 20%. sendo importante observar o papel do BNB e do Basa, como instituições gestoras do FNE e do FNO, fomentando o desenvolvimento regional e rural, simultaneamente.

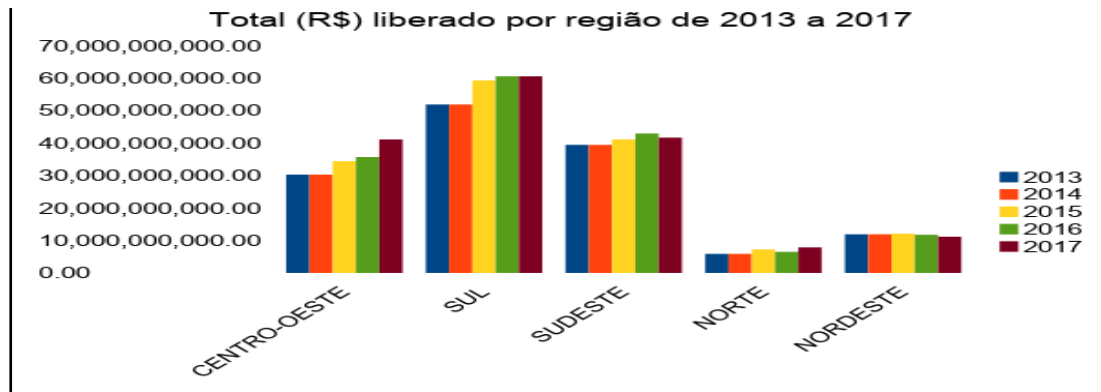
A relevância do Crédito Rural na expansão agrícola e econômica tem ampliado as discussões técnicas e acadêmicas acerca da magnitude e da extensão desses efeitos. Entre os estudos recentes, salientam-se os de Silva e Alves Filho (2008) e Melo et al. (2013), os quais verificaram impactos positivos do Crédito Rural sobre o produto agregado, já Brigitte e Teixeira (2011) não encontraram relação de longo prazo entre tais agregados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os gráficos 1 a 4 e as Tabelas 1 a 4 apresentam os resultados estimados neste trabalho sobre a distribuição do crédito rural no Brasil.

No gráfico 1 observa-se que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste possuem o maior volume financeiro do crédito rural, com significativa diferença de recursos destinados, comparando com as regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 1 – Brasil: Volume de crédito Rural total por Região, período de 2013 a 2017



Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

Ao longo do período 2013 a 2017, nas Regiões Norte e Nordeste, o volume de recursos totais foi mantido praticamente constante, enquanto que as demais regiões obtiveram um pequeno crescimento no período, porém a região Nordeste, conforme apresenta-se na tabela 1 possui um alto nível de contratos liberados, configurando que, apesar de possuir muitos contratos, os valores são pequenos.

Os dados tabela 1 mostram que a Região Sul obteve em média 34% dos recursos e contratos liberados, enquanto que a Região Norte ficou com apenas 4%, mostrando o alto nível de concentração tanto do volume quanto da quantidade do crédito rural para a região.

A partir dos valores apresentados, foi calculado o valor médio dos contratos no período por região. A partir desses resultados, foi obtida a média aritmética dos valores médios dos contratos no período de 2013 a 2017. De um modo geral, os valores médios dos contratos na Região Centro-Oeste são mais elevados, enquanto que na Região Nordeste encontram-se médias mais baixas, devido ao alto número de contratos efetivados.

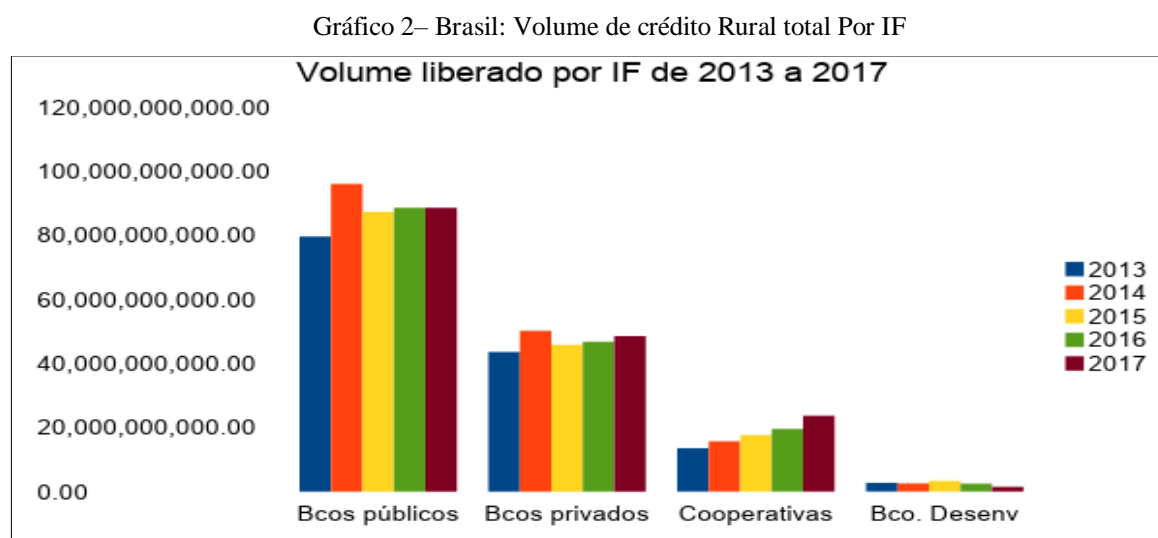
Tabela 1 - Brasil: Quantidade de contratos por Região, período de 2013 a 2017

Região	Qtd. Contratos				
	2013	2014	2015	2016	2017
CENTRO-OESTE	178.766	178.766	163.626	158.313	149.344
SUL	1.005.657	1.005.657	753.593	705.629	665.266
SUDESTE	516.016	516.016	428.247	379.308	293.963
NORTE	125.683	125.683	97.497	80.422	72.592
NORDESTE	978.805	978.805	887.630	871.800	413.934
BRASIL	2.804.927	2.804.927	2.330.593	2.195.472	1.595.099

Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

O gráfico 2 mostra a distribuição do crédito e a quantidade de contratos entre as Instituições Financeiras (IF), sendo elas Públicas, Privadas, cooperativas e bancos de desenvolvimento.

O gráfico 2 mostra que os bancos públicos possuem o maior volume de crédito rural ofertado do país e que configura uma concentração maciça dos contratos nas Instituições financeiras estatais, indicando que o grande volume liberado pelos bancos privados se concentra em um número muito reduzido de contratos, sendo menor que as cooperativas, entidades com o crédito voltado aos cooperados.



Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

A tabela 2 é utilizada para calcular que os bancos privados, embora tenham um volume liberado menor e uma quantidade de contratos menores, possuem uma média de contrato 5 vezes maior que os bancos públicos, acompanhados pelos bancos de desenvolvimento, que atendem um grupo específico de clientes com altos valores distribuídos.

Verifica-se ainda que os bancos públicos representam uma média de 56,6% do crédito rural em sua carteira e que no quesito quantidade de contratos esse percentual sobe para 77% de acordo com os dados da tabela abaixo.

Tabela 2 – Brasil: Quantidade de contratos por IF

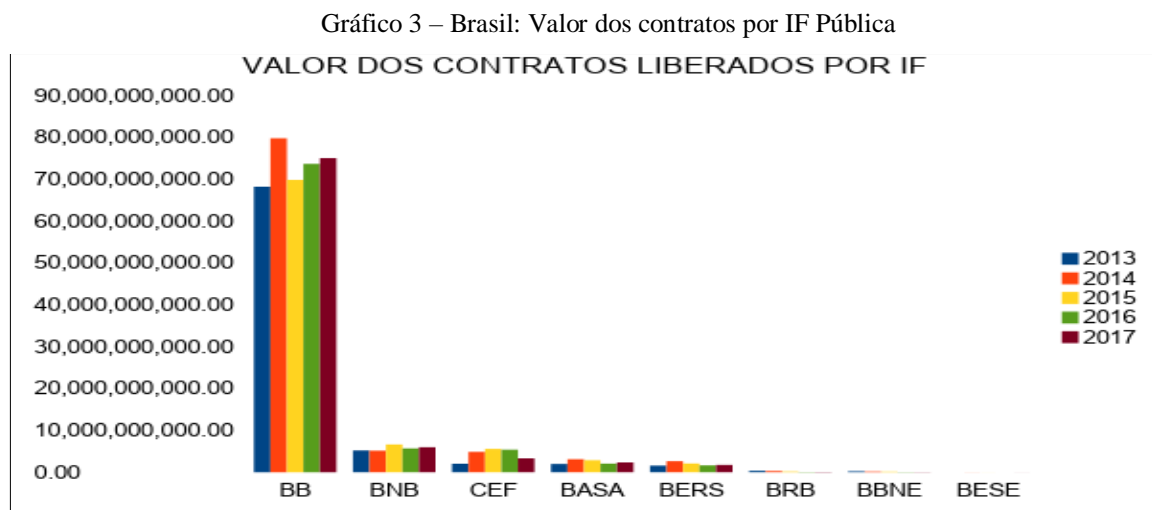
Segmento	QTD Contratado (R\$)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Bcos públicos	2.222.020	2.011.428	1.820.932	1.745.111	1.124.649
Bcos privados	238.583	229.381	174.399	125.119	123.784
Cooperativas	330.900	331.138	324.107	315.902	340.699
Bco. Desenv	13.424	12.845	11.155	9.259	5.803
Total	2.804.927	2.584.792	2.330.593	2.195.472	1.595.089

Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

Como foi verificado nos gráficos e tabelas acima, o crédito rural tem seus contratos concentrados nos bancos públicos, com seu volume de recursos ultrapassando os 56% do volume total do país.

Diante desses fatos, verificaremos, quais instituições públicas abarcam os maiores volumes de recursos e contratos.

O gráfico 3 mostra, corroborando o apresentado por Araújo e Cintra(2011) mostra uma concentração do volume de recursos concentrados pelo Banco do Brasil (BB) de forma gigantesca, onde 85% dos recursos ofertados pelos bancos públicos estão nos ativos do BB, e no caso dos contratos, já apresenta um cenário um pouco diferente, onde o Banco do Nordeste (BNB) já apresenta uma quantidade de contratos muito próxima do BB, porém na relação de volume ofertado e número de contratos, verifica-se que o ticket médio da instituição é muito pequeno, conforme apresentado no gráfico abaixo



Utilizando a tabelas 3 chegamos ao valor médio dos contratos das instituições públicas, onde encontramos, apesar de toda a contração do volume do crédito está aportado no BB, relações completamente difusa dos gráficos apresentados, pois a Caixa Econômica Federal apresenta o maior valor médio por contrato de R\$ 590.000,00, seguida pelo Banco de Brasília (BRB) com R\$ 246.000,00, em terceiro lugar temos o Banco Banestes (BBNE) com R\$ 207.000,00, em quarto o Banco do Estado do RS (BERS), em quinto do Banco do Estado de Sergipe (BESE) e só em sexto aparece o BB com média de R\$ 80.000,00 por contrato, seguido do Banco da Amazônia (BASA) e em último o BNB com uma Média de R\$ 8.600,00 por contrato, valor muito inferior as medias das demais instituições, devido a sua concentração

na Região Nordeste, onde, já demonstrado, possui valores totais muito baixos de crédito disponibilizado.

Tabela 3- Brasil: Quantidade de contratos por IF Pública

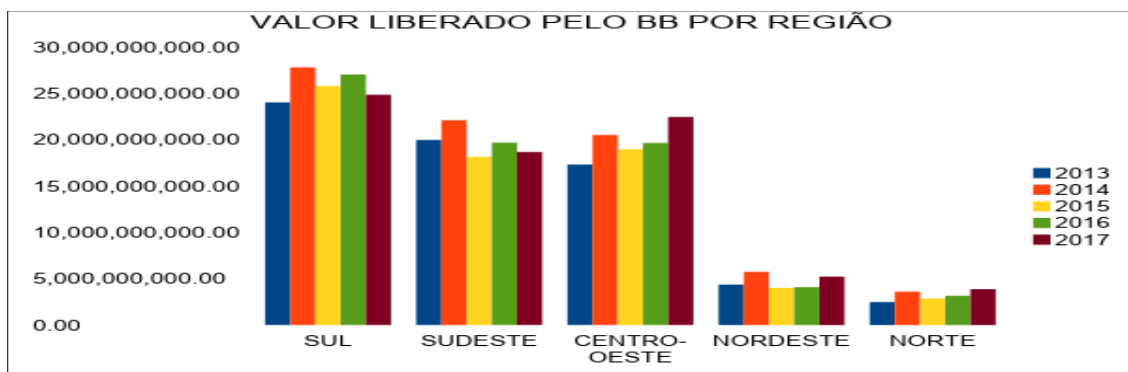
INSTITUIÇÃO	VOLUME POR IF				
	2013	2014	2015	2016	2017
BB	1.187.404	1.151.001	860.097	819.844	714.629
BNB	923.186	743.329	869.533	871.085	363.082
CEF	6.982	14.485	11.372	4.647	4.971
BASA	72.726	67.347	48.441	28.989	21.459
BERS	22.987	29.784	27.071	18.656	19.460
BRB	1.610	1.290	3.999	1.639	104
BBNE	6.991	3.972	273	149	836
BESE	134	220	144	102	108
TOTAL	2.222.020,00	2.011.428,00	1.820.930,00	1.745.111,00	1.124.649,00

Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

Após estas análises, para finalizar a pesquisa, vamos analisar a distribuição por região da instituição pública que possui o maior volume de crédito rural disponibilizado, bem como o maior número de contratos vinculados, o Banco do Brasil.

O gráfico 4 é um reflexo do quadro geral Brasileiro na distribuição do Crédito Rural no País inicialmente apresentado, mostrando novamente que as Regiões Sul, sudeste e Centro-Oeste abarcam a maioria dos recursos ofertados para a área rural, de forma a demonstrar que existe uma desigualdade gigantesca na destinação do crédito nas regiões brasileiras, seja por questões históricas, culturais ou produtivas, justificando os 89% de todo o crédito rural disponibilizado para as 3 regiões entre o período de 2013 a 2017

Gráfico 4 – Brasil: Valor dos contratos ofertados pelo BB por região



Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

De acordo com a tabela 4,. Não distante desses dados, a concentração de contratos liberados segue a mesma linha de concentração, onde 85% dos contratos também estão nas 3 regiões supracitadas.

Tabela 4 – Brasil: Quantidade dos contratos ofertados pelo BB por região

REGIÃO	QUANTIDADE DE CONTRATOS LIBERADO PELO BB				
	2013	2014	2015	2016	2017
SUL	586.395	485.864	389.230	387.249	328.171
SUDESTE	298.470	304.678	216.568	195.415	163.900
CENTRO-OESTE	129.458	134.950	118.668	116.655	105.066
NORDESTE	125.037	167.479	96.244	76.761	76.538
NORTE	48.044	58.030	39.387	43.764	40.954
TOTAL	1187404	1151001	860097	819844	714629

Fonte: Banco Central (2019) e elaboração própria

Conforme os dados da pesquisa, verificou-se que ao logo do 5 anos pesquisados, não houve mudança no cenário brasileiro para a distribuição do Crédito Rural nas regiões estudadas, indicando que possíveis políticas de crédito estão sendo concentradas nas regiões mais produtivas do país ou índices de inadimplência ajudam a manter a concentração do crédito na parte sul do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram que em valores absolutos, o maior volume de crédito foi destinado as Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. O acesso ao crédito, além de permitir o fortalecimento da atividade rural, possibilita o aumento da renda e, conseqüentemente, maiores oportunidades de desenvolvimento nas regiões.

Outra questão que se depreende dos resultados deste estudo, a ser pesquisada em futuros trabalhos, é sobre a relação de causalidade entre a expansão da fronteira agrícola e a demanda por crédito, uma vez que há uma desconcentração do crédito no Norte e Nordeste. Possivelmente, a desconcentração do crédito nas regiões citadas seja consequência do desenvolvimento da atividade Rural em regiões anteriormente inexploradas, logo, há maior demanda por crédito o que, necessariamente, leva ao aumento da desconcentração.

O estudo mostrou apenas a distribuição do Crédito rural nas regiões, instituições e sua concentração nas instituições financeiras estatais, de forma a localizar o Banco do Brasil como o Maior agente operador do Crédito Rural no Brasil, entre as instituições públicas. Não houve análise de correlação entre os recursos e atividades produtivas, bem como o perfil

socioeconômico das regiões ou sobre quais linhas de contratos os bancos estão vinculados, sendo possível um estudo posterior sobre os demais assuntos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L.; CINTRA, M. A. M. de (2011). O papel dos bancos Públicos federais na economia brasileira. Texto para discussão no. 1604. IPEA, Brasília.

BACHA, C.J.C.; SILVA, G.S. Os novos instrumentos de financiamento do agronegócio. *Agroanalysis*, v. 25, n. 9, p. 36-38, set. 2005.

BRANDÃO, Antônio Salazar P. e MAGALHÃES, Uriel de (1982). Crédito rural: problemas econômicos e sugestões de mudança. *Ensaio econômico da EPGE*. no. 35. Rio de Janeiro.

BRASIL, MDA disponível em www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-rural.

BRASIL, MDR disponível em www.mi.gov.br/web/guest/fundos-e-incentivos-fiscais.

BRIGATTE, H.; TEIXEIRA, E. C. Determinantes de Longo Prazo do Produto e da Produtividade Total dos Fatores da Agropecuária Brasileira no Período 1974-2005. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 49, n. 4, p. 815-836, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa (1987). *Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira*. Campinas, UNICAMP/ICONE.

FARIA, C.R. *Acesso ao crédito rural por parte de pequenos produtores: estudo de casos*. Monografia (MBA-Agronegócios) - Esalq/USP, Piracicaba, 2003.

GASQUEZ, J. G. CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Fatores que afetam a oferta de recursos do crédito rural. *Revista Preços Agrícolas*, v. 14, n. 161, 2000.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. e OLIVEIRA, J. A. de (2004). Crédito rural e estruturas de financiamento. Texto para discussão no. 1036. IPEA, Brasília.

MANKIW, Nicholas G.. Introdução à Economia. São Paulo, Cengage Learning, 2009.

MELO, M. M.; MARINHO, É. L.; SILVA, A. B. O impulso do crédito rural no produto do setor primário brasileiro. *Revista Nexos Econômicos*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 9-36, jan./jun. 2013.

REZENDE, G.C. (1982). *Crédito rural subsidiado e o preço da terra no Brasil, Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE 12 (2): 117-138, 1982.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. Análise dos impactos econômicos do PRONAF em territórios de baixa dinamização econômica. In: *Anais do Seminário sobre a Economia Mineira*, 13., Diamantina. 2008. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008.

SPOLADOR, H. F. S. *Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura*. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

SZMRECSÁNYI, Tamas (1984). O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris, org. *O Brasil republicano*. São Paulo, DIFEL. v.2.

TAVARES, Maria da Conceição (1978). *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização*. Rio de Janeiro, UFRJ.